



TERMO DE AUTUAÇÃO

PROTOCOLO DO PROCESSO

025495/2025

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: f7c1889d-f623-48ca-b03b-edc6ecc48417

AUTUADO EM	Segunda-feira, 14 de Julho de 2025
LOCAL DA AUTUAÇÃO	LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO - COMISSAO DE PREGAO II
AUTUADO POR	LOUISA SPITZ
INTERESSADO (S)	
PERFIL COMPUTACIONAL LTDA	

RESUMO

Recurso PE 90.043/2025 - PA 46.408/2024 - PERFIL COMPUTACIONAL LTDA - CNPJ nº 02.543.216/0011-09

DATA:14/07/2025

Assinado por LOUISA SPITZ 119.***-***-**
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
14/07/2025 12:19:25





ILUSTRÍSSIMO (A) PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Ref.: Edital de Pregão Eletrônico 90043/2025

PERFIL COMPUTACIONAL LTDA., empresa de direito privado, participante do Pregão Eletrônico **90043/2025 MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO** AV ACESSO RODOVIARIO, S/N, QUADRA06 LM 01 QUADRA01 L-M18 A M23 SALA 107, TERMINAL INTERMODAL DA SERRA, SERRA – ES CEP: 29.161-376, inscrita sob o CNPJ nº. 02.543.216/0011-09, por seu representante legal, vem tempestivamente à presença de V. Sas., com fundamento na Lei Federal nº. 14.133 de 2021, oferecer RECURSO ADMINISTRATIVO, nos seguintes termos:

A) RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Referente a proposta apresentada pela empresa LVM COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, foi indevidamente aceita pela equipe técnica, desta forma requer a recorrente que seja o Recurso julgado totalmente procedente nos termos da lei, devendo ser retificadas as decisões praticadas pela MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO quanto a aceitabilidade da proposta apresentada.

B) SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto é “*Aquisição de computadores desktop para a Secretaria de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, especialmente para os setores Tributário e Fiscal, utilizando recursos do Fundo Especial de Administração Fazendária (FEAFTAM).*”.

Inicialmente, ressaltamos que a RECORRENTE, ou “PERFIL COMPUTACIONAL LTDA” é uma empresa séria com anos de história ilibada, e elabora a presente razão recursal no intuito de ROGAR pela isonomia do PE 90043/2025 promovido pela MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO.

Também é muito importante ressaltar que a Perfil computacional é parceira autorizada da marca Dell Tech. A quase 20 anos, conhecendo todos os produtos que podem ser ofertados e conhecendo todas as regras da aquisição e possibilidades de vendas para o setor público.

Cumprir destacar que as exigências para atendimento integral ao edital, são da maior importância, sendo essas expressas de maneira clara, obrigando que os licitantes tenham atenção máxima à vinculação do instrumento convocatório.

As regras e princípios que regulam o processo licitatório impelem à autoridade condutora do certame o dever de atuação isonômica, subordinada às regras do ato convocatório e extirpada de subjetivismos.

Feitas, portanto, tais ponderações, demonstraremos com mérito e direito líquido e certo que a licitante LVM COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, não pode ser considerada como habilitada, já que desconsiderou regra preestabelecida obtendo assim vantagem ilícita no certame.

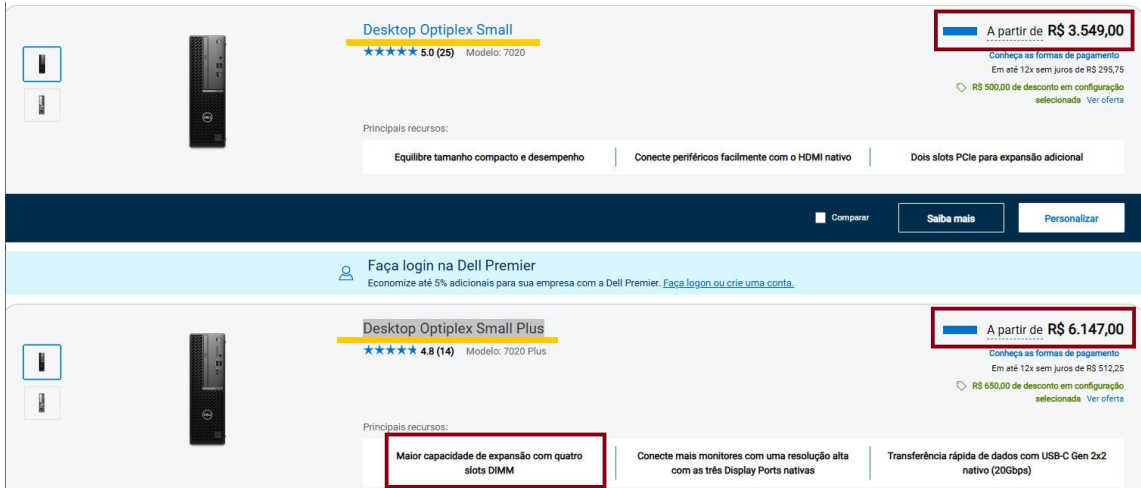
C) DO NÃO ATENDIMENTO TÉCNICO

Iniciamos o apontamento com a seguinte informação.

A Dell possui duas versões principais da linha corporativa do modelo OptiPlex 7020:

- **OptiPlex 7020 Small (básico)** – com apenas dois slots de memória DDR5,
- **OptiPlex 7020 Small Form Factor Plus (avançado)** – com quatro slots de memória DDR5, conforme requerido no edital.

É possível verificar claramente que o modelo "Plus", além de mais caro, é o único que possui **quatro slots DIMM de memória DDR5**, atendendo assim ao item exigido no edital, que requer **"mínimo de 4 slots de memória DDR5"**.



Ao analisar a proposta enviada pela arrematante LVM COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, foi possível notar que, referente ao item 1, a proponente apresentou sua proposta com o equipamento DESKTOP OPTIPLEX SFF 7020, ou seja, o produto básico da Dell.

Ao analisar a proposta, notamos os seguintes pontos:

1º - Cadastro da proposta no portal do ComprasGov:

10.397.564/0001-
ME/EPP
Aceita e habilitada

LVM COMERCIO E SE...
BA

Valor ofertado (unitário)
Valor negociado (unitário)

R\$ 6.499.9900
-

↗

▼ Chat

↗ Proposta

Valor proposta (unitário total) R\$ 10.000.0000 R\$ 680.000.0000	Valor ofertado (unitário total) R\$ 6.499.9900 R\$ 441.999.3200	Valor negociado (unitário total) -
Quantidade ofertada 68	Marca/Fabricante DELL	Modelo/Versao OPTIPLEX 7020 SFF
Participação etapa fechada Convocação ignorada	Participação desempate ME/EPP Não se aplica	Participação disputa final Não se aplica
Critério de desempate utilizado no aceite da proposta Não se aplica		

Nota-se que a licitante arrematante utilizou o equipamento Dell OptiPlex 7020 SFF, que na prática, não atende o solicitado. **Uma vez que no edital solicita o seguinte:**

“- Compatível com o processador especificado, suporte a SSD NVMe e mínimo de 4 slots de memória DDR5”

Conforme a especificação acima, nota-se também que o equipamento DEVE possuir 4 slots para módulos de memória RAM no MÍNIMO, isto é, não serão aceitos menos de 4 slots para instalação de módulos de memória nesse equipamento.

Contudo, a empresa LVM COMÉRCIO apresentou em sua proposta o equipamento **OptiPlex 7020 SFF**, versão **básica**, que possui **somente dois slots de memória RAM**, conforme imagem abaixo, extraída do próprio manual técnico apresentado pela empresa recorrida.

Além disso, a licitante anexou **documentos de três modelos distintos** (OptiPlex Micro, OptiPlex Small e OptiPlex Plus), o que demonstra **despreparo e falta de domínio técnico** sobre o produto ofertado. Esse fato, por si só, já compromete a **congruência documental** da proposta.


Embora seja apresentado certificados do Optiplex PLUS e do Optiplex Micro, o documento mais completo confirma o que está sendo ofertado, é o “MANUAL OPTIPLEX 7020 SFF” que não atende a especificação exemplificada acima, conforme print abaixo retirado do documento apresentado e da própria proposta, que deixa **EXPLICITO** que o equipamento possui somente DOIS slots para módulos de memória RAM e não quatro slots como é solicitado no edital:

Memória

A tabela a seguir lista as especificações de memória compatíveis com seu OptiPlex 7020 de formato pequeno.

Tabela 5. Especificações da memória

Descrição	Valores
Slots de memória	Dois slots UDIMM
Tipo de memória	DDR5

		
		<ul style="list-style-type: none"> -Porta USB 3.2 Type-A de 1ª geração -Porta USB 3.2 Type-C geração 1x1 -HDMI 1.4b (1920 x 1200 a 60 Hz) -DisplayPort 1.4a, (4096 x 2304 a 60 Hz) -2x USB 3.2 de 1ª geração -2x USB 2.0 com SmartPower On -2x slots de expansão - 1 DVD/RW -Conector do cabo de alimentação -Indicador de diagnóstico da fonte de alimentação -Slot para cabo de segurança Kensington -Ethernet RJ-45 -Anel de cadeado



Diante disso, aqui notamos 2 pontos de não atendimento:

- Certificações não coerentes com o produto ofertado.
- O produto ofertado não atende as características técnicas mínimas solicitadas no edital.

2º DA AUSÊNCIA DE DOCUMENTO ESSENCIAL EXIGIDO EM EDITAL

O edital do certame em questão apresenta a seguinte exigência, expressa no Termo de Referência:

“Deve ser apresentada declaração do fabricante atestando que os equipamentos **possuem a garantia exigida**, junto do partnumber específico da garantia assim como que o equipamento **possua todos os componentes integrados em fábrica**, não sendo admitida adaptações pelo licitante.”

No entanto, a empresa arrematante LVM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA não apresentou tal declaração emitida e assinada pelo fabricante do equipamento, Dell Technologies, em desconformidade com o item supracitado.

Apenas foi anexado um documento genérico, nomeado como “dell-prosupport-for-client-products-sd-pt-br”, que não atende aos critérios exigidos, pois trata-se de um folheto informativo público, disponível para qualquer usuário da internet, através do seguinte link oficial:

https://i.dell.com/sites/csdocuments/Legal_Docs/pt/br/dell-prosupport-for-client-products-sd-pt-br.pdf

Esse documento não apresenta part number específico, não faz menção ao equipamento ofertado, tão pouco garante que não haverá adaptações e não possui assinatura de nenhuma autoridade da fabricante Dell – requisitos claramente estabelecidos no edital nem mesmo da revenda autorizada que eles citam que irão adquirir.

Mesmo após diversas solicitações de diligências, a licitante tentou, sem sucesso, justificar a ausência da declaração por meio de prints do site da distribuidora Ingram, documento esse que nem sequer está emitido em nome da empresa LVM, e tampouco substitui uma declaração formal do fabricante, conforme solicitado.

Ainda, é válido reconhecer que a Perfil Computacional, como parceira devidamente credenciada, sendo pertencente ao mais alto nível/grau de parceria da Dell (Titanium), comprovado através do Link: https://dell.my.site.com/FindAPartner/s/partnerdetails?language=en_US&country=us&partnerType=findareseller&partnerTrackId=a9n1B000000gha1QAA, se utilizarem deste mesmo link, poderão ver que dentre inúmeras revendas a LVM não faz parte das revendas autorizadas Dell inclusive anexamos a declaração da própria Dell com essa informação.

A Dell não garante a integridade de equipamentos não adquiridos por eles para participação de processos licitatório de empresas que não fazem parte de seus programas de canais, entendemos que tal solicitação se faz necessária justamente garantir que o equipamento ofertado atenderá as reais necessidades do Município e principalmente garantam a integridade do equipamento visto que os equipamentos de informática estão entre os principais produtos fraudados em nosso país, trazendo prejuízo para os adquirentes, além da pirataria que é caracterizado como ilegal. Diante da segurança contratual, as exigências estabelecidas no item destacado acima retirado do Termo de Referência são necessárias, justamente para evitar possíveis equipamentos de baixa qualidade e sem garantia, ainda incompatíveis. A exigência deste item visa a possibilidade de verificação de que não foram realizadas adaptações no equipamento ofertado, sendo a declaração do fabricante autorizado como prova de que o equipamento será adquirido com a garantia correta, ou seja, caso tenha que ser acionada a garantia para reparos o fabricante

não poderá se negar a reparar qualquer componente alegando não se responsabiliza por ela, inclusive para os serviços prestados nas localidades.

Importante destacar que o edital estabeleceu prazo e canais adequados para esclarecimentos e questionamentos. A empresa LVM não apresentou qualquer pedido de esclarecimento sobre a viabilidade de apresentação da declaração exigida, assumindo tacitamente sua concordância com o que foi exigido.

Logo, a ausência do documento não pode ser suprida por interpretação extensiva nem por documentos genéricos. O princípio da legalidade exige o estrito cumprimento do que está no edital, sob pena de ofensa à isonomia e à moralidade administrativa.

O não cumprimento dos requisitos do edital compromete a transparência e a equidade do processo licitatório. É essencial garantir que todas as exigências sejam atendidas para assegurar a integridade e a confiabilidade do processo visto que demais licitantes podem ter sido prejudicadas ao considerar um equipamento que atenderia plenamente ao edital.

Assim, requer-se que a recorrida LVM COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, seja devidamente desclassificada, uma vez que fica comprovado o não atendimento das especificações do edital na íntegra.

D) DOS RISCOS DO DESCUMPRIMENTO DAS LEIS

Está expressamente contido na lei das Licitações, no seu art. 3º, as vedações aos agentes públicos encarregados dos procedimentos licitatórios. Salienta-se ali, a expressa proibição de tratamento anti-isonômico entre os licitantes em geral. Neste giro, os julgamentos das licitações, devem ocorrer sempre com amparo legal, e muito especialmente como pré-estabelecido no seu instrumento convocatório.

A aceitação de proposta que **contraria os requisitos mínimos do edital** pode ensejar responsabilização do pregoeiro, conforme prevê o **Art. 155, III da Lei 14.133/2021**, especialmente no que tange à:

“Responsabilidade do agente público pela inobservância de critérios objetivos definidos no edital ou na proposta”.

Aceitar proposta com produto inferior ao exigido pode ser enquadrado como **afronta direta ao princípio da legalidade**, da **isonomia entre os licitantes** e da **vinculação ao edital**, e pode ser objeto de **denúncia ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público**.

Não pode qualquer licitante ser surpreendido com aceitação de seu concorrente, quando este descumpra comandos que regulava a competição licitatória. É o que está a ocorrer no presente caso, com relação a esta proposta, como amplamente demonstrado anteriormente. Isso é contrário não só a lei Especial incidente, caracterizando afronta direta aos comandos princípio lógicos do instituto.

DOS PRINCÍPIOS LICITATÓRIOS VIOLADOS

As irregularidades descritas comprometem a aplicação dos seguintes princípios previstos na Lei nº 14.133/2021:

1. **Princípio da Isonomia (art. 5º):** A aceitação de propostas em desconformidade cria vantagens indevidas e fere a competitividade do certame.
2. **Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório (art. 11):** As regras do edital constituem a "lei interna" da licitação, e seu descumprimento invalida qualquer ato administrativo subsequente.

3. **Princípio da Legalidade (art. 5º):** A Administração deve atuar rigorosamente dentro dos limites legais e editalícios.

DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

A situação em questão configura **violação direta aos arts. 5º, 18 e 59 da Lei nº 14.133/2021**, que determinam:

- A observância obrigatória ao edital;
- O dever de desclassificar propostas que não atendam exigências técnicas essenciais;
- A responsabilidade dos agentes públicos na análise e julgamento das propostas.

Além disso, **ao aceitar documentação genérica em substituição a documento essencial exigido no edital e produto inferior ao solicitado**, incorre-se em:

- **Violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 18, I)**
- **Afetação da isonomia entre os licitantes (art. 5º, caput)**
- **Risco de nulidade do certame (art. 59, §1º)**

E) DOS PEDIDOS

O art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, estabelece **que toda documentação técnica deve ser clara, precisa e suficiente para comprovar o atendimento às especificações do edital**. A ausência de evidências concretas configura descumprimento dessa norma.

Senhores, não há outro entendimento a não o de que a **licitante NÃO atendeu** a todas as exigências editalícias, e sendo assim não pode ter sua proposta aceita por esta Administração, já que dessa maneira estaria infringindo as regras por ela mesma impostas e ferindo assim o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

DIANTE DO EXPOSTO, e considerando que a Administração saberá como proceder de forma a observar o fiel cumprimento da legislação em vigor, esta Recorrente requer a revisão do julgamento do Pregão Eletrônico n.º: 90043/2025, com a DESCLASSIFICAÇÃO e INABILITAÇÃO da empresa LVM COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, **vez que o equipamento não atende as configurações mínimas solicitadas no certame**. Sendo inadmissível a administração aceitar um equipamento que não atende diversos pontos editalícios.

Caso se mantenha a aceitação da proposta irregular, conste em ata os fundamentos da decisão e as responsabilidades legais assumidas, tendo ciência da solicitação de vistas a entrega do produto.

Nestes termos, pedimos

Deferimento.

Serra, segunda-feira, 01 de julho de 2025

PERFIL COMPUTACIONAL LTDA
Dell Partner Direct Government

IGOR SIDNEI
REOLON:80
512771049
Assinado de forma digital por IGOR SIDNEI
REOLON:80512771049
Dados: 2025.07.07
17:26:59 -03'00'

Igor S. Reolon
perfil@perfil.inf.br
PerfilComp

0800 721 0675

Nossas Unidades: Farroupilha RS | Serra ES

Eldorado do Sul, 07 de julho de 2025

À
PERFIL COMPUTACIONAL LTDA.
Ref.: MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO – PE 90043/2025

A Dell Computadores do Brasil Ltda. (Dell Technologies), por meio de seu representante legal, informa que a empresa **LVM COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA**, inscrita no CNPJ 10.397.564/0001-63, não possui a Especialização de Governo da Dell Technologies e, portanto, não está habilitada a participar de editais públicos com nossos produtos, serviços e soluções.

DELL COMPUTADORES DO BRASIL
LTDA:72381189000110

Digitally signed by DELL
COMPUTADORES DO BRASIL
LTDA:72381189000110
Date: 2025.07.07 17:28:53 -03'00'

Dell Computadores do Brasil Ltda.

Juliane Casagrande Rodrigues – Gerente de Vendas

Esta declaração tem validade de 90 dias, a partir da data da sua emissão.

DELL Computadores do Brasil Ltda.
Av. Industrial Belgraf, 400 . Eldorado do Sul / RS . Geral : 51 3481 5500 Fax : 51 3481 5458

ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO E COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO - RJ.

Ref. contrarrazões ao recurso administrativo do edital de pregão eletrônico nº 90.043/2025

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

LVM COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua C. Almerindo Rehem nº 82 SALA 505 - Caminho das Arvores, em Salvador -BA, inscrita no CNPJ sob nº 10.397.564/0001-63, neste ato por sua Representante Legal Sr. Ítalo Góes Menezes, Socio administrador, devidamente qualificada no presente processo vem na forma da legislação vigente em conformidade com o Art. 4º, XVIII da Lei Nº 10.520/02, vem até Vossas Senhorias, para, tempestivamente, **interpor estas CONTRARRAZÕES, aos inconsistente recursos** apresentado pela empresa PERFIL COMPUTACIONAL LTDA, perante essa distinta administração que de forma absolutamente coerente declarou a CONTRARRAZOANTE vencedora do processo licitatório em pauta.

Considerações Iniciais:

Ilustre Pregoeira e Comissão de Licitação do Município De Nova Friburgo ao respeitável julgamento das contrarrazões interposto, recai neste momento para sua responsabilidade, o qual a empresa CONTRARRAZOANTE confia na lisura, na isonomia e na imparcialidade a ser praticada no julgamento em questão, buscando pela proposta mais vantajosa para esta digníssima administração, onde a todo o momento demonstraremos nosso Direito Líquido e Certo e o cumprimento pleno de todas as exigências do presente processo de licitação.

1. Do Direito Pleno as Contrarrazões ao Recurso Administrativo

A Contrarrazoante faz constar o seu pleno direito as Contrarrazões ao Recurso Administrativo devidamente fundamentado pela legislação vigente e as normas de licitação. A Contrarrazoante solicita que a Ilustre Sra. Pregoeira e esta douta comissão de Licitação, conheça o RECURSO e analise todos os fatos apontados, tomando para si a responsabilidade do julgamento.

2. PRELIMINAR:

Preliminarmente cumpre ressaltar que a Contrarrazoante visa, apenas, a defesa de seus direitos, haja vista não concordar com as alegações protocoladas pela Recorrente em confronto ao resultado do Pregão Eletrônico em comento.

Com fulcro na **Lei Federal nº 14.133/2021**, e suas alterações, bem como, expresso no item 10 do instrumento convocatório, a Contrarrazoante vem apresentar suas razões, face ao inconsistente Recurso Administrativo protocolado pela concorrente, pedindo sua total improcedência antecipadamente, pelos motivos expostos a seguir: Já o Edital de Licitação assim determina:

3. DA TEMPESTIVIDADE

O item 1 do Edital dispõe sobre a apresentação das contrarrazões, assim trazendo:

3.1 – RECURSOS ADMINISTRATIVOS (...)

10.3.6 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

A sessão de processamento da licitação foi realizada no dia 29/05/2025, tendo resultado proferido em 03/07/2025, o prazo para recursos deu-se até 08/07/2024, assim, a fruição para apresentação do das contrarrazões findar-se-á em 11/07/2024. Tempestiva, portanto, a presente contrarrazão.

3.2 DOS RECURSOS

Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma

motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

3.3 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

(...)

4- Dos Fatos:

A recorrente motivou na data de 03 de julho de 2025, as seguintes **intenções de recurso**: “Registramos intenção de recurso contra a classificação da empresa arrematante por não atender as exigências do Edital, conforme comprovaremos na peça recursal.”

Os recursos apresentados pela recorrente, alegando o não cumprimento do edital por parte da CONTRARRAZOANTE, demonstra claramente:

- Falta de fundamentação técnica referente aos produtos ofertados;
- Indícios de má fé, fazendo alusão a característica do edital quando versa a seguinte frase destacada em grifo: “duas versões principais da linha corporativa do modelo OptiPlex 7020,”
- Dúvida quanto a lisura dos procedimentos da comissão de licitação e do pregoeiro do certame em tela, quando versa a seguinte frase destacada em grifo: “desconsiderou regra preestabelecida obtendo assim vantagem ilícita, mesmo ofertando produto que atende ao Termo de Referência.”

a) Do suposto não atendimento técnico:

DESEMPENHO. equipamento possui arquitetura com suporte à tecnologia Dual Channel e permite a expansão de memória para até 64 GB, atendendo perfeitamente à exigência do edital.

∴

Memória Ram - 16GB DDR5 (compatível com expansão para até 64 GB, Dual Channel).

Com base nas informações acima resta desamparada toda e qualquer alegação em sentido contrário perpetrada pela recorrente, que em todos os tópicos atacados nada mais faz do que se aventurar juridicamente.

A exigência de expansão até 64 GB em Dual Channel está completamente atendida, sem qualquer prejuízo técnico ou funcional. Ressaltamos que o padrão DDR5 já permite maior densidade por módulo, sendo comum o uso de 2x32 GB para atingir 64 GB com desempenho igual ou superior a arquiteturas com 4 slots.

Muito importante destacar um ponto que chama atenção: nossa empresa foi declarada vencedora em dois lotes, ofertando o mesmo equipamento. No entanto, o recurso foi interposto apenas em relação ao lote de maior quantidade, o que demonstra incoerência e fragilidade na argumentação da recorrente.

Ao focar apenas no lote mais vantajoso, levanta-se o questionamento sobre a real intenção do recurso, que pode ter caráter meramente protelatório, contrariando os princípios da boa-fé, isonomia e interesse público.

Diante do exposto, reiteramos que:

- O equipamento ofertado atende à exigência de expansão até 64 GB com tecnologia Dual Channel;
- A arquitetura com 2 slots DDR5 não compromete o desempenho, a funcionalidade nem o objetivo técnico da exigência;

6.1 comissão de Licitação, quando da análise das propostas comerciais e demais documentações exigidas, caso apure divergências nas informações, promoverá diligência junto ao licitante, que poderá promover os ajustes necessários solicitados na diligência, desde que tais alterações não impliquem em alteração do valor global ofertado (relativo ao último lance apresentado e/ou negociado pelo licitante).

Tais alegações, consoante já tratado acima, tem condão exclusivo de protelar o procedimento.

b) Da suposta comparação e os preços no site

Nosso equipamento está estritamente de acordo com as exigências do edital, tendo sido embasada em preços praticados por distribuidores oficiais da marca, os quais são os canais legítimos de aquisição por empresas do setor, conforme proposta comercial e demais documentos anexados ao certame.

A comparação e os preços no site do fabricante não pode ser utilizado como referência para fins de comparação, uma vez que:

- (1) não representa o canal regular de comercialização B2B (**business to business**);
- (2) frequentemente não consegue fazer aquisições em grandes volumes ou com condições específicas para distribuidores e revendedores;
- (3) não leva em consideração custos com impostos e operacionais adicionais exigidos pelo edital, tais como logísticas, garantia estendida, casos como instalações e configurações, entre outros.

Nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, especialmente:

- **Art. 5º, inc. I e II:** que trata dos princípios da legalidade e do julgamento objetivo;
- **Art. 11, inc. I:** que assegura o julgamento por critérios estritamente previstos no edital;
- **Art. 59:** que veda a desclassificação por critérios subjetivos ou com base em fontes não previstas no instrumento convocatório;

...é vedada qualquer desclassificação ou reconsideração de proposta com base em critérios externos ao edital, como é o caso da tentativa da Recorrente de utilizar uma fonte comercial pública (site do fabricante) como parâmetro absoluto de preço.

A Recorrente alega suposto questiona a documentação técnica apresentada pela ora Contrarrazoante, afirmando que teria havido o envio de especificações de “três modelos distintos”. Contudo, tal alegação **demonstra desconhecimento da estratégia comercial do fabricante** e do funcionamento da cadeia de fornecimento.

O fabricante da marca ofertada adota prática comum no mercado de adotar códigos e identificações múltiplas para um mesmo equipamento base, com variações meramente comerciais (ex: número de série, canal de distribuição, lote, embalagem, etc.), sem alteração técnica ou funcional no equipamento final ofertado.

A pregoeira, ciente da necessidade de esclarecimento, instaurou diligência, nos termos do **art. 64, §3º da Lei nº 14.133/2021**, oportunidade na qual todas as dúvidas foram devidamente esclarecidas pela Contrarrazoante, e o equipamento foi tecnicamente compatível com o edital.

Diante do exposto, requer-se o conhecimento e total improcedência do recurso interposto, com a manutenção da adjudicação, por absoluta legalidade e conformidade da proposta às exigências edilícias e aos princípios da Nova Lei de Licitações.

c) Da suposta ausência de documento essencial exigido em edital

No que tange à alegação de ausência de documentação essencial, cumpre esclarecer que toda a documentação exigida no edital foi devidamente apresentada por nossa empresa, conforme comprovado nos autos do processo.

A exigência de declaração ou atestado do fabricante para que as licitantes pudessem assegurar a garantia ofertada assemelha-se à exigência de carta de solidariedade do fabricante, prática combatida pelo TCU, pois o fabricante, que não faz parte da futura relação contratual, poderia interferir indevidamente no resultado do certame, ou seja, minando a competitividade do pregão.

Na sua grande maioria Empresas que apresentam essa declaração direta do fabricante (muitas vezes exigida sem critério técnico ou legal) **estão pagando por esse privilégio**, o que encarece artificialmente suas propostas, afastando o interesse público da obtenção da proposta mais vantajosa, conforme determina a **Lei nº 14.133/2021 (art. 11, I e II)**.

Empresas que optam por esse modelo de fornecimento não o fazem por obrigação técnica ou legal, mas por estratégia comercial — e isso se reflete diretamente em propostas com preços mais altos, em clara afronta ao princípio da economicidade (**art. 11, I, da Lei 14.133/2021**) e ao interesse público.

Permitir que apenas empresas que "pagam" para obter tais documentos possam ser consideradas aptas no certame é comprometer o princípio da isonomia (**art. 5º, inc. II**), uma vez que:

- Cria-se uma barreira econômica artificial de entrada;
- Favorece-se um grupo restrito de fornecedores com acesso a vantagens comerciais onerosas;
- Ignora-se que canais legítimos (como distribuidores autorizados) oferecem os **mesmos produtos, com a mesma garantia**, de forma regular e validada pela cadeia do fabricante.

A proposta apresentada pela Contrarrazoante, ao contrário, **respeita os preços praticados no mercado real e competitivo**, sem artifícios onerosos ou exclusivas, cumprindo plenamente os requisitos do edital e da legislação vigente.

A problemática reside quando a empresa possui interesse em frustrar o bom trâmite do procedimento licitatório, trazendo recursos com alegações INCABÍVEIS, atrasando a conclusão de certame ao qual o objetivo é: Aquisição de computadores desktop para a Secretaria de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, especialmente para os setores Tributário e Fiscal, utilizando recursos do Fundo Especial de Administração Fazendária (FEAFTAM).

Tais alegações, consoante já tratado acima, tem condão exclusivo de protelar o procedimento. Nada mais é do que insatisfação com a derrota na licitação.

Diante do exposto, não há o que se falar em não cumprimento ao Edital, pela CONTRARRAZOANTE, uma vez que conforme demonstrado a LVM COMERCIO cumpre e atende a todos os quesitos do edital.

Cumpre salientar que esta recorrida é uma empresa séria, que, buscando uma participação impecável no certame, preparou sua documentação e propostas em rigorosa conformidade com as exigências do edital, provando sua plena qualificação para esse certame, conforme exigido pelo edital, tendo sido, portanto, considerada habilitada, classificada e posteriormente declarada vencedora do presente processo. E como tal, levando em consideração, o que o recorrente manifestou mediante razões ao recurso, e buscando sempre a transparência nos seus atos praticados, descreve suas contra-razões:

A recorrida agiu de boa-fé desde o início do certame descrevendo as especificações dos equipamentos ofertado de forma clara e concisa. Assim, o material apresentado pela mesma atende a todas as especificações transcritas no edital, desde o início do certame;

5- DA CONCLUSÃO.

Dado o julgamento exato que foi deferido por essa nobre comissão, conforme demonstrados cabalmente nesta explanação, vem requerer que sejam indeferidos os recursos da Empresa PERFIL COMPUTACIONAL LTDA.

Não obstante, requer-se, também, que seja indeferido o pleito da recorrente no que tange à desclassificação da LVM COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, tendo em vista que tal pedido não encontra qualquer respaldo legal ou apoio do diploma editalício

E é na certeza de poder confiar na sensatez dessa Administração, assim como, no bom senso da autoridade que lhe é superior, que estamos interpondo estas contrarrazões, as quais certamente serão deferidas, evitando assim, maiores transtornos.

Nestes Termos,

Pedimos Bom Senso, Legalidade e Deferimento.

Ítalo Góes Menezes

Assinado de forma digital por Ítalo
Góes Menezes
Dados: 2025.07.11 16:43:11 -03'00'

LVM COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA
CNPJ: 10.397.564/0001-63
ÍTALO GÓES MENEZES
CPF: 818.208.445-87
SÓCIO ADMINISTRADOR

Comissão Permanente de Pregão II

DESPACHO DE RECURSO REFERENTE AO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.043/2025

Processo Licitatório nº: 46.408/2024

Processo Recurso nº: 25.495/2025

Referência: Pregão Eletrônico nº 90.043/2025

Objeto: Aquisição de computadores desktop para a Secretaria de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, especialmente para os setores Tributário e Fiscal, utilizando recursos do Fundo Especial de Administração Fazendária (FEAFTAM).

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa PERFIL COMPUTACIONAL LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 02.543.216/0011-09, com sede à Av Acesso Rodoviário, S/N, Quadra 06 Lm 01, Quadra 01 L-M18 a M23, Sala 107, Terminal Intermodal da Serra, Serra / ES, CEP 29.161-376, ora denominada recorrente, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.043/2025.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados com base na Portaria nº 631, de 10 de março de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 10 de março de 2025, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recursos com a data limite de 08/07/2025, tendo a empresa PERFIL COMPUTACIONAL LTDA manifestado a intenção de interpor recursos conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 02 a 08.

Por uma simples análise do presente recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Aduz a recorrente que a empresa vencedora do item 01 do certame, LVM COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.397.564/0001-63, ora denominada recorrida, teve sua proposta indevidamente aceita pela equipe técnica.

Alega a recorrente, em síntese:



Comissão Permanente de Pregão II

- a) Que embora o edital exija que o equipamento possua no mínimo 4 (quatro) slots de memória DDR5, a empresa recorrida apresentou em sua proposta a versão mais básica da linha corporativa do modelo Optiplex 7020 da Dell, que possui apenas 2 (dois) slots de memória DDR5;
- b) Que a recorrida anexou ao sistema certificações de 3 (três) modelos distintos do equipamento, sugerindo despreparo e falta de domínio técnico sobre o produto;
- c) Que a empresa recorrida deixou de apresentar declaração do fabricante atestando que os equipamentos possuem a garantia exigida e todos os componentes integrados em fábrica, exigência que era prevista no edital, tendo apresentado apenas documentos genéricos;
- d) Que conforme declaração fornecida pela fabricante Dell Computadores do Brasil Ltda anexada às fls. 08, a recorrida não possui a Especialização de Governo da empresa, não estando autorizada a participar de editais públicos com seus equipamentos.

III. DO PEDIDO

Ante o exposto, requer a recorrente:

- a) Que o julgamento do certame seja revisado, com a consequente desclassificação e inabilitação da empresa recorrida, visto que o equipamento apresentado não atende as configurações solicitadas no edital;
- b) Que, sendo mantida a aceitação da proposta da empresa recorrida, constem em ata os fundamentos da decisão e as responsabilidades legais assumidas, tendo ciência da solicitação de vistas a entrega do produto.

IV. DAS CONTRARRAZÕES

A empresa LVM COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, apresentou contrarrazões recursais na data de 11/07/2025, sendo tais contrarrazões, portanto, tempestivas, conforme o disposto no art. 164, §4º da Lei 14.133/21.

Em síntese, a recorrida alega em suas contrarrazões de fls. 09 a 16:

- a) Que o produto ofertado permite expansão de memória até 64 GB em Dual Channel, como solicitado no Termo de Referência;
- b) Que o padrão DDR5 permite atingir 64 GB com o uso de 2x32 GB, mantendo desempenho equivalente ao de arquiteturas com 4 slots;
- c) Que a recorrente contestou apenas o lote mais vantajoso, apesar de o equipamento ser o mesmo em ambos, o que indica possível intenção protelatória e fragilidade em seus argumentos;



Comissão Permanente de Pregão II

- d) Que o site do fabricante não é referência válida por não refletir o mercado B2B nem considerar volumes, condições e custos previstos no edital, sendo vedado seu uso pela Lei nº 14.133/2021 por se tratar de critério externo ao edital;
- e) Que o questionamento sobre a apresentação das especificações de três modelos demonstra desconhecimento comercial, pois as variações são formais e não técnicas, tendo a diligência instaurada pela pregoeira confirmado a adequação do produto ao edital;
- f) Que a exigência de declaração do fabricante se assemelha à carta de solidariedade, prática rejeitada pelo TCU, usada como estratégia comercial que normalmente é paga e consequentemente encarece as propostas;
- g) Que limitar o certame a empresas com tal declaração favoreceria poucos fornecedores e desconsideraria que distribuidores autorizados também fornecem os mesmos produtos, com a mesma qualidade, garantia válida, de forma regular e validada pela cadeia do fabricante.

V. DA ANÁLISE DA PREGOEIRA

Importante salientar que a recorrente interpôs recurso apenas quanto ao item 01, pertencente à cota principal do certame, uma vez que não se enquadra como ME ou EPP.

Contudo, caso a empresa recorrida venha a ser inabilitada em razão das possíveis divergências apontadas, os efeitos da decisão deverão refletir igualmente sobre o item 02, pertencente à cota reservada, tendo em vista que a proposta e os equipamentos apresentados são os mesmos para ambos os itens.

Diante do exposto, considerando se tratar de questões técnicas, encaminho o presente processo, nos termos do subitem 23.11 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.043/2025, à Secretaria Municipal de Fazenda, para análise dos aspectos técnicos recorridos, nos termos do parágrafo único do artigo 168 da Lei 14.133/2021, a fim de subsidiar a decisão desta Pregoeira.

Nova Friburgo, 14 de julho de 2025.

**KARLA
BRAGA
MACHADO:0
7620502769**

Assinado digitalmente por KARLA
BRAGA MACHADO:07620502769
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
Certificado Digital PF A3, OU=
Videoconferencia, OU=30722213000198,
OU=AC SyngularID Multipla, CN=KARLA
BRAGA MACHADO:07620502769
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.07.14 14:50:59-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2

Karla Braga Machado
Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão II
Matricula: 990.996



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

**S E C R E T A R I A D E
F A Z E N D A**

Nova Friburgo, 17 de julho de 2025

Processo nº 25495/2025

De: Secretaria de Fazenda

Para: Ciência e Tecnologia

Assunto: Recurso referente ao Pregão Eletrônico nº 90.043/2025

Prezado,

Trata-se de **recurso administrativo tempestivo** apresentado pela empresa **Perfil Computacional Ltda.**, inscrita no CNPJ nº 02.543.216/0011-09, com sede em Serra/ES, com fundamento na **Lei nº 14.133/2021**, em face dos termos do **Edital do Pregão Eletrônico nº 90.043/2025**.

A recorrente questiona a aceitação da proposta da empresa **LVM Comércio e Serviços de Informática Ltda.**, vencedora do item 01 do certame, por suposto descumprimento de exigências editalícias. Sustenta que a proposta da recorrida contempla modelo de equipamento (Dell Optiplex 7020) com apenas 2 slots de memória DDR5, quando o edital exige o mínimo de 4; que a recorrida anexou certificações referentes a três modelos distintos, o que indicaria imprecisão técnica e desconhecimento do produto ofertado; que não foi apresentada declaração do fabricante atestando garantia e integração dos componentes em fábrica, conforme previsto no edital, sendo incluídos apenas documentos genéricos; conforme declaração da Dell Computadores do Brasil Ltda., juntada aos autos, a empresa recorrida **não possui a Especialização de Governo**, requisito para participação em licitações públicas com os produtos da marca.

Diante disso, requer a **invalidação da proposta da empresa vencedora** e a devida reavaliação das demais propostas habilitadas.

Em análise à demanda apresentada, verificamos que as questões envolvidas tratam de aspectos eminentemente técnicos, os quais exigem conhecimento específico na área de Tecnologia da Informação (TI).

Dessa forma, entende-se que a avaliação e a consequente resposta a esta solicitação devem ser elaboradas pelo setor de TI, que possui a competência e a expertise necessárias para tratar adequadamente os pontos técnicos levantados.

Portanto, encaminhamos os autos para análise e parecer do setor responsável.

Sem mais, renovo os votos de mais elevada estima e consideração e coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Assinado por PATRICK DE AZEVEDO RISSO
136.***-**-**
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
18/07/2025 11:29:59
Patrick de Azevedo Risso

Secretário de Fazenda

Matrícula 063.789





SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, INOVAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

Pregão Eletrônico nº 90043/2025

Objeto: Aquisição de Computadores Desktop - Secretaria de Finanças - FEAFAM

Recorrente: PERFIL COMPUTACIONAL LTDA

Recorrida: LVM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA

Trata-se de análise de recurso administrativo interposto pela empresa PERFIL COMPUTACIONAL LTDA, em face da decisão que declarou como vencedora do certame a empresa LVM Comércio e Serviços de Informática LTDA, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90043/2025, destinado à aquisição de computadores para a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.

Foram apresentadas as contrarrazões pela empresa LVM, defendendo o atendimento integral ao edital, e a controvérsia central gira em torno da conformidade técnica do equipamento ofertado e da documentação exigida pelo Termo de Referência.

Da Capacidade Técnica - Slots de Memória

O edital prevê, de forma objetiva, que os equipamentos devem possuir mínimo de 4 slots de memória DDR5. A empresa LVM ofertou o modelo Dell OptiPlex 7020 SFF, que possui apenas 2 slots, conforme documentação apresentada.

No entanto, é fato técnico amplamente aceito que a presença de dois slots DDR5, desde que permita a instalação de até 64 GB de memória em Dual Channel (por exemplo, com dois módulos de 32 GB), não compromete o desempenho, a funcionalidade ou a expansão exigida, atendendo plenamente à necessidade do órgão.

Portanto, embora haja desvio formal em relação à literalidade do edital, este ponto não se configura como impeditivo técnico relevante, desde que comprovado o atendimento à capacidade total e à tecnologia exigida.

Da Ausência de Declaração do Fabricante e Posicionamento da Dell

O fator determinante para este julgamento, contudo, é a ausência de documentação essencial exigida no edital, notadamente a declaração formal do fabricante, que ateste:

- A garantia dos equipamentos;
- A procedência original de fábrica dos componentes;
- A ausência de adaptações por terceiros.

A empresa LVM não apresentou tal declaração, tendo anexado apenas documentos genéricos e prints de distribuidoras, que não substituem o documento exigido.

Além disso, há declaração oficial da própria Dell, emitida em 07/07/2025, afirmando que a empresa LVM não é autorizada a participar de editais públicos com seus produtos, serviços e soluções, o que compromete gravemente:

- A origem e a garantia do equipamento;
- A segurança jurídica da contratação;
- A confiabilidade da futura prestação de suporte técnico.

Assinado digitalmente. Acesse:

<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AF5AE> Chave: ac631b80-c914-4ef4-bfe0-a38e8fb8a4e9

Papel Timbrado Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico Nº 000145/2025





SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, INOVAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

Ainda que se reconheça que o equipamento ofertado poderia atender tecnicamente à capacidade exigida, a ausência da documentação exigida no edital e a manifestação contrária da fabricante (Dell) são fatores que comprometem a validade da proposta da empresa LVM, representando risco para a Administração e violação aos princípios da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório e segurança da contratação pública.

Diante do exposto, recomenda-se:

- O acolhimento do recurso interposto pela empresa PERFIL COMPUTACIONAL LTDA;
- A desclassificação da empresa LVM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, por inobservância de exigências documentais essenciais;

Assinado por ROMULO CESARIO
RODRIGUES 123.*** ***_**
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
21/07/2025 12:30:02





Comissão Permanente de Pregão II

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.043/2025

Processo Licitatório nº: 46.408/2024

Processo Recurso nº: 25.495/2025

Referência: Pregão Eletrônico nº 90.043/2025

Objeto: Aquisição de computadores desktop para a Secretaria de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, especialmente para os setores Tributário e Fiscal, utilizando recursos do Fundo Especial de Administração Fazendária (FEAFTAM).

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa PERFIL COMPUTACIONAL LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 02.543.216/0011-09, com sede à Av Acesso Rodoviário, S/N, Quadra 06 Lm 01, Quadra 01 L-M18 a M23, Sala 107, Terminal Intermodal da Serra, Serra / ES, CEP 29.161-376, ora denominada recorrente, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.043/2025.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados com base na Portaria nº 631, de 10 de março de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 10 de março de 2025, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

I. RESUMO DO RECURSO

Aduz a recorrente, em seu recurso de fls. 02 a 08, que a empresa vencedora do item 01 do certame, LVM COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.397.564/0001-63, ora denominada recorrida, teve sua proposta indevidamente aceita pela equipe técnica.

Alega a recorrente, em síntese:

- a) Que embora o edital exija que o equipamento possua no mínimo 4 (quatro) slots de memória DDR5, a empresa recorrida apresentou em sua proposta a versão mais básica da linha corporativa do modelo Optiplex 7020 da Dell, que possui apenas 2 (dois) slots de memória DDR5;



Comissão Permanente de Pregão II

- b) Que a recorrida anexou ao sistema certificações de 3 (três) modelos distintos do equipamento, sugerindo despreparo e falta de domínio técnico sobre o produto;
- c) Que a empresa recorrida deixou de apresentar declaração do fabricante atestando que os equipamentos possuem a garantia exigida e todos os componentes integrados em fábrica, exigência que era prevista no edital, tendo apresentado apenas documentos genéricos;
- d) Que conforme declaração fornecida pela fabricante Dell Computadores do Brasil Ltda anexada às fls. 08, a recorrida não possui a Especialização de Governo da empresa, não estando autorizada a participar de editais públicos com seus equipamentos.

A empresa recorrida, LVM COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, apresentou, de maneira tempestiva, as contrarrazões de fls. 09 a 16, nas quais alega, em síntese:

- a) Que o produto ofertado permite expansão de memória até 64 GB em Dual Channel, como solicitado no Termo de Referência;
- b) Que o padrão DDR5 permite atingir 64 GB com o uso de 2x32 GB, mantendo desempenho equivalente ao de arquiteturas com 4 slots;
- c) Que a recorrente contestou apenas o lote mais vantajoso, apesar de o equipamento ser o mesmo em ambos, o que indica possível intenção protelatória e fragilidade em seus argumentos;
- d) Que o site do fabricante não é referência válida por não refletir o mercado B2B nem considerar volumes, condições e custos previstos no edital, sendo vedado seu uso pela Lei nº 14.133/2021 por se tratar de critério externo ao edital;
- e) Que o questionamento sobre a apresentação das especificações de três modelos demonstra desconhecimento comercial, pois as variações são formais e não técnicas, tendo a diligência instaurada pela pregoeira confirmado a adequação do produto ao edital;
- f) Que a exigência de declaração do fabricante se assemelha à carta de solidariedade, prática rejeitada pelo TCU, usada como estratégia comercial que normalmente é paga e conseqüentemente encarece as propostas;
- g) Que limitar o certame a empresas com tal declaração favoreceria poucos fornecedores e desconsideraria que distribuidores autorizados também



Comissão Permanente de Pregão II

fornecem os mesmos produtos, com a mesma qualidade, garantia válida, de forma regular e validada pela cadeia do fabricante.

Na sequência, o processo foi encaminhado à Secretaria requisitante, a fim de que fossem analisadas as alegações apresentadas.

II. DA ANÁLISE DA SECRETARIA REQUISITANTE

A Secretaria requisitante, após análise do recurso e das contrarrazões, exarou seu parecer de fls. 21 e 22, no qual destaca:

- i) Que embora haja desvio formal em relação ao edital, é notório que equipamentos com 2 (dois) slots DDR5, capazes de suportar até 64GB de memória em Dual Channel, não apresentam impedimento técnico relevante, e atendem à capacidade exigida sem prejuízo ao desempenho, funcionalidade ou expansão do sistema;
- ii) Que os documentos apresentados pela recorrida possuem caráter genérico e não comprovam de forma efetiva a garantia, a procedência original de fábrica dos componentes nem a ausência de adaptações por terceiros;
- iii) Que a ausência de autorização da fabricante, conforme declaração às fls. 08, compromete a origem, a garantia e o futuro suporte técnico dos produtos ofertados, além de gerar insegurança jurídica à contratação;
- iv) Que embora o equipamento apresentado atenda tecnicamente à capacidade presente no edital, a ausência da documentação exigida e a posição contrária da fabricante inviabilizam a proposta da recorrida, apresentando risco para a Administração Pública.

Por fim, a Secretaria requisitante recomenda o acolhimento do recurso e a consequente desclassificação da empresa recorrida.

III. DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Diante do exposto, considerando o teor das razões recursais e as considerações apresentadas, com fulcro no artigo 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, CONHEÇO do recurso interposto no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.043/2025 e, subsidiada pelo parecer técnico exarado pela Secretaria requisitante do certame, no mérito, DOU PROVIMENTO, alterando a decisão de habilitação anteriormente proferida em relação à empresa LVM COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA.



Comissão Permanente de Pregão II

Cumpre destacar que embora a empresa recorrida tenha se sagrado vencedora dos itens 01 e 02 do certame, a recorrente interpôs recurso apenas quanto ao item 01, pertencente à cota principal, em razão de não se enquadrar como ME ou EPP.

Desta forma, diante do provimento do recurso e a consequente inabilitação da empresa recorrida em relação ao item 01, os efeitos da presente decisão deverão refletir igualmente sobre o item 02, pertencente à cota reservada, tendo em vista que a proposta e os equipamentos apresentados pela recorrida são os mesmos para ambos os itens.

Isto posto, informo que será agendada a volta de fase e convocação das próximas colocadas à negociação de preços dos itens 01 e 02 do certame.

Nova Friburgo, 22 de julho de 2025.

**KARLA
BRAGA
MACHADO:0
7620502769**

Assinado digitalmente por KARLA
BRAGA MACHADO:07620502769
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
Certificado Digital PF-A3, OU=
Videoconferencia, OU=
30722213000198, OU=AC SyngularID
Múltipla, CN=KARLA BRAGA
MACHADO:07620502769
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização:
Data: 2025.07.22 16:04:03-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2

KARLA BRAGA MACHADO

Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão II
Matrícula 990.996